

# CARNAVAL E FESTAS COMUNISTAS NO RIO DE JANEIRO (1945-1958)

*Alberto Gawryszewski (UEL)*

*O objetivo deste texto é apresentar e descrever as festividades promovidas pelo Partido Comunista do Brasil – PCB e por sua imprensa entre 1945 e 1958 na cidade do Rio de Janeiro. Nesse período o PCB tentou utilizar o carnaval como um componente de sua política ideológica. Suas festas, por seu turno, serviram, além de forma de agregar os militantes e simpatizantes, como maneira de apoiar sua imprensa por meio da criação de fundos financeiros.*

**CARNAVAL, FESTAS, PARTIDO COMUNISTA DO  
BRASIL, CIDADE DO RIO DE JANEIRO, IMPRENSA  
COMUNISTA.**

## INTRODUÇÃO

Durante o período da legalidade (1945-1947) o Partido Comunista do Brasil – PCB pôde expressar-se politicamente, elegendo vereadores, deputados, prefeitos e senador. Pôde participar ativamente nas associações de moradores, sindicais e carnavalescas sem grandes preocupações políticas. No segundo período, o da ilegalidade (1947-1958), o quadro se modificou, e houve forte perseguição política. Sindicatos sofreram intervenção governamental, funcionários públicos e militares foram afastados de seus cargos devido ao vínculo ao partido, bairros populares (favelas) foram invadidos por policiais com a prisão de moradores e demolição de casas em função do prestígio do PCB nessas comunidades, comícios foram dissolvidos a bala, bem como manifestações operárias. Apesar dessa nova situação, as festas e os vínculos com a comunidade carnavalesca e futebolística não foram modificados. As festas serviram como forma de agregar os militantes, simpatizantes e pessoas comuns em prol da difusão de um ideal e, em especial, de apoio a sua imprensa (criação de fundos financeiros), cujos órgãos traziam com frequência chamadas ilustradas para festas, piqueniques, churrascos, eleição da rainha do carnaval ou da imprensa comunista, entre outras festividades. Imagens, reportagens e memórias dos militantes somam-se à análise para se compreender esse período e essas manifestações.

O texto está dividido em duas partes: a primeira apresenta a atuação do PCB na União Geral das Escolas de Samba – Uges e descreve os carnavais “paralelos” promovidos em conjunto por escolas de sambas; a segunda parte descreve algumas das muitas festas promovidas pelo PCB por intermédio de suas diversas campanhas e entidades.

## A IMPRENSA COMUNISTA

Nos títulos de jornais comunistas visualizados na Figura 1, verificam-se o uso comum da palavra povo; a busca de uma identidade (*A Classe Operária, Tribuna Popular, Jornal do Povo, O Trabalhador, Voz do Povo*); sua expansão geográfica englobando vários estados e seu caráter nacional (*A Classe Operária, Voz Operária e o Momento Feminino*).

A partir de 1945 o Partido Comunista do Brasil, recém-colocado na legalidade, depois de 10 anos de repressão política empreendida pela ditadura de Getúlio Vargas,



Figura 1: Mapa do Brasil. *Imprensa Popular*, 01 mai. 1952

deu início à construção de vasta rede de publicações nacionais e regionais, revistas, romances, discursos, clássicos do marxismo (Lênin, Marx etc.), jornais e panfletos, que foi chamada de “Imprensa Popular”.

O tamanho da produção jornalística e cultural do PCB não é de fácil quantificação e tem gerado controvérsias entre os pesquisadores. Dados do Departamento Federal de Segurança apresentam 25 jornais, sete revistas e 100 panfletos. O PCB possuía também as livrarias Itatiaia e Das Bandeiras, em São Paulo, as agências Farroupilha, em Porto Alegre, Popular, em Salvador, e Independência, na cidade do Rio de Janeiro. Além das editoras Vitória e Presença, contava com a simpatia da editora Calvino e tinha uma agência noticiosa, a Interpress.

Já em 1922, ano de sua fundação, o PCB encarou a imprensa como importante instrumento de divulgação de suas propostas e metas, de sua ideologia e ditames do Comitê Central. Tal modelo baseava-se em três pressupostos: a) educar as massas para elevar o nível de consciência política; b) organizar os setores mais combativos da classe operária em torno do partido; c) propagar a linha ideológica (MORAES, 1992, p. 63).

O jornal diário *Tribuna Popular*, editado na cidade do Rio de Janeiro, chegou às bancas em 22 de maio de 1945. Nesse número, na primeira página, reproduz-se carta do dirigente máximo e herói comunista Luiz Carlos Prestes em que afirma ser esse jornal uma demanda do povo para representá-lo e denunciar os males por que passava. A missiva, acompanhada de foto do líder, revela outro aspecto interessante: “Saúdo (...) o advento em nossa terra de uma nova imprensa – a imprensa popular capaz de esclarecer, orientar e unir o nosso povo no caminho da democracia e do progresso.”<sup>1</sup> A referência aqui não se limita ao jornal, estendendo-se à “Imprensa Popular”, ou seja, a nova rede de jornais que, ao contrário da então existente (que ironicamente a imprensa comunista chamava de “sadia”), seria um espaço para o povo propor e resolver seus problemas, a orientação “correta” sendo dada pelo PCB. Na Figura 2 podemos ver charge representando o imperialismo norte-americano alimentando dois de seus “bichinhos de estimação”: a galinha (a imprensa sadia) e o cão (o anticomunis-

1. *A saudação de Prestes. Tribuna Popular, 22 mai. 1945, p. 1.*



Figura 2: Charge. *A Classe Operária*, 25 jan. 1947

mo). A composição da chamada Imprensa Popular era ampla. Buscava atingir diversos setores da população, e para cada setor da sociedade havia um jornal.

Da mesma forma que não há consenso quanto à produção jornalística e cultural do PCB, não há quanto à tiragem de seus jornais. Os números variam conforme a época e a fonte consultada. Se no início (1945) a *Tribuna Popular* chegou a vender 130 mil exemplares em 1945, o *Imprensa Popular* em 1956 vendia cerca de mil exemplares (BASBAUM, 1976, p. 237).

Para resolver o impasse da falta de verbas pela pouca venda e escassa publicidade, e objetivando poder ampliar as ações da imprensa comunista foi criado o “Movimento de Apoio à Imprensa Popular – Maip” que visava, por intermédio de contribuintes permanentes, arrecadar, em festas, leilões, piqueniques, etc., as verbas necessárias para tal.<sup>2</sup> (Figura 3)

2. *Aperj, Fundo Dops, Dossiê PCB, Pasta 3B, folha 613.*

3. “Levar ao povo o debate dos problemas de nossa imprensa”, *Voz Operária*, 27 out. 1956, p. 11.

O próprio jornal *Voz Operária* afirmou que os problemas da imprensa popular não podem ser resolvidos apenas com campanhas populares e que eles não são apenas materiais e técnicos. Afirmou também que o marasmo da campanha estaria no atraso das análises e dos debates sobre a Imprensa Popular (con-

junto de publicações do partido). Por fim, clamou os leitores e o povo a manifestar-se com suas críticas e opiniões.<sup>3</sup>

Toda essa mudança de posição, tanto dos colaboradores como da própria concepção do papel da imprensa comunista, estava vinculada à crise interna, aos debates contra o centralismo e o autoritarismo vigente no PCB. Uma pressão das bases, das editorias dos jornais, dos militantes e simpatizantes, que passaram a questionar os mitos e as determinações do Comitê Central do Partido, acarretou a decadência das publicações do Partido, em especial após a divulgação das denúncias contra Stalin contidas no relatório Kruschev.

Uma postura autoritária da direção do partido ocasionou a saída em massa dos jornalistas dos periódicos *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, significando o afastamento de 27 dos 32 então existentes. Segundo um militante: “Em 1959, o PCB, que possuía uma das principais cadeias de jornais e publicações do país, ficava sem nenhum jornal diário.” (RODRIGUES; 1981, p. 424). *Voz Operária* e *Imprensa Popular* permaneceram até 1958, mas quase sem nenhuma representatividade.

## O CARNAVAL CARIOCA

A popularidade alcançada pelas músicas carnavalesca na sociedade brasileira, em especial da cidade do Rio de Janeiro, acreditamos, deve-se ao ritmo popular e aos temas abordados, presentes no cotidiano da população carioca, expressando, portanto, o pensamento dos poetas oriundos da grande massa marginalizada ou com ela identificados.

A relação entre as letras das músicas de carnaval e o cotidiano constituía uma realidade, mas não era apenas a falta de moradia, alimentação e emprego que era cantada.

**Figura 3: Cartaz anunciando a festa de coroação da rainha da Imprensa Popular. Imprensa Popular, 31 ago. 1955.**

Havia canções sobre o amor correspondido ou não, a alegria de morar na favela etc. Aqui não podemos deixar de apresentar algumas considerações a respeito dessa vinculação, particularmente uma inicial e aparente contradição que poderia sugerir a presença de temas relativos aos problemas sentidos pela população frente ao formato festivo de que se reveste e, mesmo, ao ambiente a que se destina.

Roberto Da Matta (1983, p. 112), ao referir-se ao samba, exprime-o como originário, segundo nossa “mitologia”, das zonas “fronteiriças da sociedade brasileira – nos seus porões e senzalas, nas favelas, em meio à pobreza dos seus negros e miseráveis habitantes”. Torna-se, aqui, indiferente a discussão em torno da origem dessa forma de expressão musical, importando-nos mais sua caracterização como ritmo associado não aos salões, aos espaços reservados, mas aos espaços abertos, à rua e à maior das festas populares brasileiras, o carnaval, música para ser cantada e dançada, num espaço de licenciosidade incomum ao espaço cotidiano.

Nesse sentido, a obra de Mikhail Bakhtin, ainda que dedicada ao estudo da cultura popular na Idade Média e no Renascimento, traz relevantes contribuições. Sua tese associa as manifestações da cultura popular a uma perspectiva festiva e risonha do mundo, perspectiva essa dissociada dos ritos “sérios” pelo desenvolvimento do regime de classes e do Estado. A perspectiva cômica do mundo seria, portanto, relegada a espaços não oficiais, de exceção, modificando seu sentido e transformando-se nas formas fundamentais da cultura popular expressas, notadamente, nos momentos de festividade e, particularmente, no carnaval (BAKHTIN, 1993, p. 5).

Certamente, o carnaval contemporâneo e brasileiro possui formatação e sentido distintos daquele referido pelo historiador russo. Uma primeira e grande diferença se demonstra no teor do riso carnavalesco na época estudada: o riso medieval e renascentista não possui carga demolidora que podemos encontrar no riso carnavalesco brasileiro. Segundo Bakhtin, a perspectiva carnavalesca segue um princípio de mundo ao revés, da inversão, em que os limites entre liberdade e interdição se rompem, possibilitando o riso de condições, situações, posições, que no espaço da seriedade cotidiana não seria possível. O riso de que trata o historiador, porém, não possui tom anulador sobre o objeto do riso: o burlador ri do mundo e de si próprio, inclui-se no mundo ao revés e não pretende, a princípio, destruir seu objeto, como, por exemplo, nas paródias à missa.



Claramente o riso moderno, mesmo no espaço de fruição de expressão popular, possui a possibilidade de contestação de determinada realidade. Isso se torna possível, em grande parte, por um elemento característico do ambiente carnavalesco, a abolição das hierarquias, componente da inversão referida.

No Carnaval, as classes sociais podem se relacionar de “cabeça para baixo” no caso brasileiro. Aqui, o elemento mediador entre elas não é somente o poder e a riqueza, mas o canto, a dança, as fantasias, a alegria (...) as diferenças existem, mas todos são também e primordialmente seres humanos. Desse modo, as descontinuidades do Carnaval são aquelas que separam os homens enquanto membros de uma humanidade, não enquanto membros de facções, partidos políticos, classes, etc. (DAMATTA, 1983, p. 63)

Tendo em conta o aspecto da “inversão”, o ambiente carnavalesco é propício para a expressão de sentimentos, de falas que, no cotidiano, dificilmente poderiam ser afirmadas. Dessa forma, torna-se compreensível a preocupação por parte do Estado com a tentativa de controlar as atividades relativas ao carnaval.

O carnaval carioca, apesar dos grandes desfiles dos corsos<sup>4</sup> na Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), tinha seu ponto mais popular nos desfiles na extinta Praça Onze. Na década de 1930, o interventor Pedro Ernesto colocou o carnaval no calendário

turístico da cidade. O Rio de Janeiro, que já tinha grande potencial turístico (cassinos, natureza, festas etc.), recebeu então do poder público grande incentivo através de obras, como a abertura rodoviária até o Cristo Redentor, no Corcovado, por exemplo.

Deve-se ressaltar que, nessa época, o ponto alto do carnaval (que recebia maior destaque na mídia) não era o desfile das escolas de samba, mas a disputa entre as grandes sociedades (Tenentes do Diabo, Fenianos, Democráticos etc.), que foram os primeiros grupos a receber verbas municipais para seus desfiles.

*4. Era a forma encontrada pela classe média para se divertir e se exibir no carnaval. Reuniam grupos fantasiados, geralmente com fantasias idênticas, cobriam os automóveis de confete e serpentinas e percorriam a cidade em marcha lenta.*

O desenvolvimento do carnaval como a grande festa popular brasileira, e não apenas carioca, fez com que o Governo Getúlio Vargas e os seguintes se preocupassem com ela. Na ditadura do Estado Novo (1937-1945), a imposição de músicas que cantassem os grandes acontecimentos históricos nacionais nos desfiles carnavalescos e a proibição de músicas que não incentivassem o trabalho foram o início da tentativa de controle da grande festa.

O Governo Dutra também percebeu o poder dessa festa, incentivando o carnaval comandado pela União Geral das Escolas de Samba do Brasil, que o dirigiu em 1949 e que estava subordinada a um major do Exército.

Diante do fato de a liberdade ser um princípio inerente ao carnaval e da grande difusão da festa, o que implicaria a impossibilidade de sua extinção, ao Estado restou a tentativa de controle. O controle absoluto, no entanto, sempre escaparia, pelo caráter espontâneo da festividade carnavalesca. No caso a seguir, vamos analisar a tentativa de

controle, via escolas de samba e Uges, por parte do PCB, enquadrando-as como aparelho político.

## O CARNAVAL DA VITÓRIA (1946)

O Carnaval de 1946, ocorrido no mês de março, foi chamado de O Carnaval da Vitória. Depois de vários anos com o carnaval popular esvaziado diante das dificuldades econômicas e da escassez geradas pela guerra, o Carnaval de 1946 ainda não se equipararia, contudo, de acordo com o jornal *Tribuna Popular* de 9 de fevereiro, aos dos velhos tempos – final da década de 1920 e início dos anos 30,.

Esse mesmo jornal, em 3 de março de 1946, abriu com a seguinte manchete: “Apesar de tudo o povo se divertiu no carnaval da vitória”. A principal crítica foi para o governo municipal, responsável por vários serviços públicos. Quanto ao carnaval oficial, criticou o baixo valor do prêmio oferecido às escolas mais bem colocadas. Os valores propostos não cobriam os gastos de uma escola no deslocamento de seus componentes do subúrbio ao Centro da cidade. Outra crítica foi à subvenção da prefeitura municipal para as grandes sociedades, que impediu o desfiles dessas agremiações. A falta de transporte coletivo e a péssima iluminação prejudicaram o carnaval de rua, mas não lhe tiraram a animação. O samba mais cantado pelo povo teria sido “Promessa”, de compositor desconhecido e que não tinha sido gravado nem tocado nas estações de rádio. Sua divulgação se deu apenas pelas escolas de samba nas festividades programadas. Sua letra tratava da ingratidão de uma mulher que abandonou o lar e destruiu uma família. Segundo o autor, foi o que aconteceu com ele mesmo.

Em janeiro de 1946, antes do carnaval, portanto, o jornal do Partido Comunista abriu espaço para divulgar um samba de dois compositores consagrados, Alberto Ribeiro e Antonio de Almeida, intitulado “Sou marmiteiro”. O periódico considerou a obra musical “oportuna e pitoresca”, o que garantiu seu êxito. Sua letra proclamava:

Sou marmiteiro com muita honra / Ser marmiteiro não é desonra / Não sou de briga, eu sou trabalhador / Já tenho deputados e já tenho senador / Já podemos falar / Já podemos gritar / E o mundo inteiro há de ouvir a nossa voz / Liberdade / Liberdade / Abriu as suas asas sobre nós.

Marmiteiros eram operários que levavam sua alimentação em marmitas, panelas velhas ou outras formas rudimentares de armazenamento, buscando fazer economia no gasto com alimentação. Não foi à toa que essa música teve espaço na imprensa comunista. Eduardo Gomes, candidato (não eleito) à Presidência da República nas eleições de 2 de dezembro de 1945, apoiado pela direita brasileira estava em primeiro lugar nas intenções de votos quando teria afirmado que não precisaria dos votos dos marmiteiros para se eleger.

A letra ridicularizava o candidato derrotado e afirmava que o marmiteiro passou a ter representante no Senado e na Câmara dos deputados, referindo-se aos eleitos pelo Partido Comunista e que representariam a voz dos trabalhadores.



Figura 4: Anúncio. *A Classe Operária*, 21 fev. 1946

Dias antes do início do carnaval, em 21 de fevereiro, verificamos a existência no semanário comunista de uma propaganda da loja Inovação anunciando a venda da “Fantasia oficial do carnaval de 1946”: marmiteiro. O traje poderia ser encontrado em todos os tamanhos e cores. Na imagem não há negros, só

brancos (homens e mulheres) fantasiados carregando marmitas<sup>5</sup> (Figura 4).

## O CARNAVAL DA TRIBUNA POPULAR, UM CARNAVAL FORA DE ÉPOCA

O jornal diário *Tribuna Popular* trazia regularmente notícias sobre as escolas de samba; comentava as festas, as eleições das rainhas das escolas, seus projetos, desfiles etc. Uma coluna se destacava de dezembro a fevereiro/março, período pré-carnavalesco: O povo se diverte. Nela encontrava-se a listagem das festas que iriam ocorrer, bem como notícias sobre as escolas de samba e avisos. Outras duas colunas afins eram O samba na cidade e Músicas de carnaval.

Vespasiano da Luz, um dos diretores da *Tribuna Popular*, propôs uma grande campanha popular via escolas de samba para ajudar na arrecadação de dinheiro para seu jornal. A direção do Partido Comunista teria visto essa proposta com “incompreensão,

pois julgava a gente do samba uma espécie de lumpem” (SILVA e MACIEL, 1979, p. 130). As atividades desenvolvidas e a cobertura da imprensa comunista, entretanto, desmentem tal assertiva.

A Uges foi criada nos anos 30 com o objetivo de fortalecer as escolas de samba financeiramente e o próprio ritmo como importante componente cultural brasileiro, já que ainda não era unanimidade. Nessa década o apoio do poder público se destinava mais aos ranchos e sociedades carnavalescas, que dominavam o carnaval. Em janeiro de 1937, Servan de Carvalho foi destituído da entidade e ficou afastado até 1945. Foi justamente no período de seu retorno que se iniciou a aproximação dessa entidade carnavalesca com o Partido Comunista.

A existência das colunas referidas, a ampla cobertura nos ensaios, festas nos morros e subúrbios cariocas e do próprio desfile carnavalesco, as visitas dos dirigentes das escolas de samba

5. Provavelmente essa fantasia não fez sucesso entre os marmiteiros, pois, afinal, por que iriam se fantasiar de algo que para eles não tinha graça alguma? A maioria dos marmiteiros não possuía marmitas tão bem elaboradas, usando em geral panelas velhas e amassadas, enroladas em pano ou jornal (para manter o calor). Os brancos ricos da propaganda achariam graça e talvez tenham comprado tal vestimenta.

à redação da *Tribuna Popular* fizeram desse periódico um importante veículo de informações das escolas.

Em 17 de fevereiro de 1946, a coluna O povo se diverte trouxe a informação de que a Escola de Samba União dos Industriários do Realengo comunicara que o jornal *Tribuna Popular* passou a ser o órgão oficial para todas as publicações de seus festejos carnavalescos. Em 23 de novembro desse ano o jornal *Tribuna Popular* foi declarado pela Uges, em reunião de seus associados, órgão oficial das escolas de samba. Assim falou o vice-presidente:

Os artistas do povo têm agora uma imprensa honesta à sua disposição, uma imprensa que falará sempre com carinho do samba feito pelo trabalhador nas raras horas de lazer que lhe sobram nos seus barracos dos subúrbios e dos morros do Distrito Federal.

Verifica-se nessa fala a preocupação de afirmar que os letristas e compositores de samba eram trabalhadores e faziam sua obra artística nas horas vagas. Na verdade, esse tipo de afirmação foi uma constante nas entrevistas dos sambistas ao periódico *Tribuna Popular*, ou seja, destacar que o samba não era “música de malandro”, que o morador do morro não ficava “dormindo o dia inteiro”, “embriagando-se em botecos”. Eram trabalhadores honestos, estivadores, ensacadores, pedreiros, motoristas, entre outras profissões.<sup>6</sup>

6. *Tribuna Popular*, 23 de novembro de 1946.

Para comemorar as arrecadações conquistadas na Campanha da Imprensa Popular, foi organizado um desfile de escolas de samba para o Centro da cidade a ser realizado no dia 10

7. *Tribuna Popular*, 1 de agosto de 1946.

de novembro de 1946, quando seria ofertado o troféu “Tribuna Popular”. Esse desfile, porém, foi proibido pela Delegacia de Costumes, dois dias antes, sob a alegação de que o local não era propício. Para não perder tempo, o desfile foi remarcado para o dia 15 de novembro, feriado nacional, dia da Proclamação da República, no Campo de São Cristóvão, local sugerido pela própria Delegacia. Segundo a *Tribuna Popular* isso foi até bom, já que mais ensaios puderam fazer as escolas e houve a entrada de outras escolas não previstas para o dia 10.<sup>7</sup>

No dia 15 de novembro, às 20 horas, deu-se o início ao carnaval fora de época, em homenagem à Imprensa Popular, pela disputa do troféu “Tribuna Popular”, com a participação de 21 escolas de samba. Tal como nos desfile carnavalescos, também teve jurado para decidir qual escola ganharia o troféu.

No jornal *Tribuna Popular* de 17 de novembro foi publicada a seguinte manchete, em letras garrafais: “100 mil pessoas aplaudiram o desfile das escolas de samba no campo de São Cristóvão”. A reportagem descrevia a festa como magnífica, como há tempo não se via na cidade. Nesse evento esteve presente e “aclamado” pela população, o líder comunista Luiz Carlos Prestes, homenageado com um samba de autoria de José Brito, com a seguinte letra:

Prestes, o Cavaleiro da Esperança / Um homem que pelo povo lutou / Seu nome foi bem disputado dentro das urnas / Oh! Carlos Prestes / Foi bem merecida a cadeira de Senador / É o cavaleiro que sonhamos / De ti esperamos /

com todo amor febril / Para amenizar nossas dores / E levar as cores / Da bandeira do Brasil.

Para a imprensa comunista não foi diferente, pois a escola de samba “Paz e amor” cantou a música de Olavo Barbosa, intitulada “Viva a Imprensa Popular”:

Viva a Imprensa Popular / Aqui chegamos com prazer e harmonia / Para cantar o nosso samba / Com o nosso coração / Cheio de alegria / Cantaremos com fervor / Com entusiasmo varonil / Viva a Imprensa Popular / Uma glória para o Brasil // Esta noite tão grandiosa / Para sempre havemos de recordar / Aqui deixamos os nossos votos de felicidade / Da nossa escola / À Imprensa Popular.

Em outros momentos é possível encontrar mais letras em homenagem a Luiz Carlos Prestes e à *Tribuna Popular* ou à “Imprensa Popular”. Nesse momento, foi decidido que o jornal *Tribuna Popular*, junto com a Uges, iria conduzir o carnaval de 1947, intitulado “Carnaval da Paz”. A justificativa desse nome foi dada pelo senhor Calazans, vice-presidente da União: “por ser a paz a maior inspiração dos povos do mundo, dos trabalhadores e do povo brasileiro, garantia de que continuarão avançando no caminho da democracia”.<sup>8</sup>

## A CAMPANHA DOS 100 MIL CRUZEIROS E O “CARNAVAL DA PAZ” (1947)

Para que o carnaval de 1947 tivesse sucesso quanto às fantasias e aos carros alegóricos, além dos gastos de deslocamento dos membros da escola ao Centro da cidade, local do desfile, a Uges, em conjunto com o jornal *Tribuna Popular*, instituiu a Campanha dos Cem Mil Cruzeiros, em 7 de janeiro de 1947. Tratava-se de doações de particulares, empresas e lojas comerciais que seriam sensibilizadas por meio de reportagens e contato direto dos membros apoiadores da campanha.

8 *Tribuna Popular*, 17 de nov. 1946, p. 8.

9. *Tribuna Popular*, 2 de nov. 1947, p. 2.

Em 19 de janeiro ocorreriam as eleições para senador da República e para a Câmara de vereadores. O Partido Comunista lançou diversos candidatos, entre eles, Vespasiano da Luz e Pedro Motta Lima. Esses dois jornalistas do jornal *Tribuna Popular* eram velhos conhecidos das escolas, pois estavam sempre presentes nas reportagens. Dentro da campanha do PCB se destacaram questões sociais, econômicas e culturais, tais como: melhoria para as favelas (saneamento básico, melhoramentos nas moradias, encerramento das ações demolidoras da prefeitura, entre outras) e para o carnaval. Nesse caso, o Partido Comunista defendia subvenção permanente e sedes próprias para as sociedades carnavalescas e para as escolas de samba (aqui por intermédio da Uges).<sup>9</sup>

No dia 3 de janeiro o periódico *Tribuna Popular* publicou manchete com os seguintes dizeres: “As escolas de samba apoiam os candidatos da Chapa Popular”. Essa era a denominação da chapa dos candidatos do Partido Comunista. A reportagem revela que apenas uma escola de samba estava prestando solidariedade aos candidatos da Chapa Popular. Além do diretor da escola Paraíso das Morenas, compareceu à redação do jor-

nal o popular Cavuca, candidato ao concurso levado a cabo pela *Tribuna*. Coincidência ou não, Cavuca venceu a competição. Tal sorte não tiveram os candidatos do Partido Comunista ligados às escolas, entre eles Vespasiano da Luz e Pedro Mota Lima, embora o PCB tenha feito maioria na Câmara de vereadores carioca.

Voltando à campanha pelo carnaval dos 100 mil cruzeiros, diversas reportagens foram publicadas com entrevistas de vários cantores e compositores de sucessos carnavalescos que apoiavam a campanha, entre eles Pixinguinha, Ciro Monteiro, Benedito Lacerda, Ataulfo Alves e Heitor dos Prazeres.

Em entrevista ao jornal *Tribuna Popular*, o presidente da escola de samba Industriários do Realengo afirmou:

Esta é a primeira iniciativa de vulto que a União Geral toma a peito. Como os companheiros da comissão acredito no seu completo êxito. E no dia dez de fevereiro, no máximo, tenho certeza, dividiremos os cem mil cruzeiros para as escolas filiadas.<sup>10</sup>

10. *Tribuna Popular*, 2 jan. 1947, p. 2.

Percebe-se a confiança na conquista dos 100 mil cruzeiros da campanha, mas a mais importante informação foi sobre a distribuição do dinheiro arrecadado, isto é, seria dividido *somente* entre as escolas filiadas à Uges. Portanto, optou-se em criar uma forma de obrigar a filiação e o fortalecimento político da agremiação.

Antes do carnaval de 1947, o jornal *Tribuna Popular*, em conjunto com a Uges, lançou mais um concurso, o Cidadão e Imperatriz do Samba, realizado na forma de eleição direta via cupons recortados e colocados em urnas espalhadas em pontos definidos pela cidade. No cupom, publicado no jornal *Tribuna Popular*, o eleitor deveria colocar seu nome, o dos candidatos à cidadão e imperatriz do samba e a escola correspondente (Figura 5). Depois de acirrada disputa, em que a colocação dos candidatos oscilava constantemente, conforme as reportagens apresentavam, venceram os representantes da escola Paraíso das Morenas: Cavuca e Moreninha. Cavuca, já havia explicitado em entrevista seu apoio aos candidatos da Chapa Popular. Teria sido coincidência sua vitória?

Para festejar e promover a posse dos eleitos e a vitória popular da campanha, a Uges e o periódico *Tribuna Popular* promoveram mais um carnaval fora de época. Em 9 de fevereiro, novamente no Campo de São Cristóvão, uma grande festa carnavalesca, com a participação de 24 escolas de samba e 200 mil pessoas. A reportagem descreveu todo o ritual de “posse do Cidadão e da Imperatriz do Samba”: ao descerem do trem na Estação Barão de Mauá, receberam grande ovação das escolas de samba. O cortejo foi acompanhado pela multidão, e houve grande queima de fogos de artifício na chegada ao

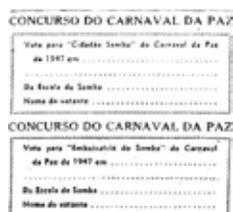


Figura 5: Cupom. *Tribuna Popular*, 25 dez. 1946

11. *Tribuna Popular*, 9 fev. 1947, p. 6.

local do desfile. Aí receberam cumprimentos de centenas de fãs. Depois a reportagem descreveu o desfile e colocou trechos das letras das músicas cantadas. Ao final do desfile, Cavuca e Moreninha entraram no carro e se retiraram, sob “ruidosa aclamação”.<sup>11</sup>

Eis que chega o dia 15 de fevereiro de 1947, finalmente o “Carnaval da Paz”. Uma grande cobertura do carnaval de rua e das festas em clubes. Manchetes de empolgação sobre a alegria dos quatro dias de folia, mas muito pouco sobre a distribuição dos 100 mil cruzeiros e sobre o desfile oficial.

No dia seguinte ao carnaval é publicada esta manchete: “Apesar da chuva incessante e da pobreza do amparo oficial, o povo mostrou a sua fibra e reabilitou suas tradições”.

Por que tal situação? O que ocorreu nestes dias? A disputa entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a Uges/PCB será o tema a seguir.

## **A DISPUTA POLÍTICA CAI NO SAMBA**

Antes mesmo do início da Guerra Fria mundial, a legalidade do Partido Comunista do Brasil, em 1945, não foi bem-vista pela direita brasileira. O candidato ao governo federal pelo partido dos latifundiários e burgueses foi o general Dutra, notório anticomunista. Eleito presidente, não poderia tomar outra atitude senão combater esse partido político, fazendo, aliás, de tudo para o recolocar na ilegalidade.

Ressaltamos a penetração do Partido Comunista no meio popular através das escolas de samba, controlando a diretoria de algumas delas, e mesmo da Uges. As escolas de samba constituíam importante componente de aglutinação da população favelada. Suas condições de vida eram das mais precárias, em habitações subnormais, sem escolas, rede de saúde ou água e com esgoto a céu aberto. Local de subnutridos e foco de doenças como tifo, disenteria, entre outras de caráter social.

Com a legalidade, o Partido Comunista viu nessas comunidades espaço privilegiado para seu discurso político-social. A atuação do PCB nas favelas foi muito grande, fundando associações de moradores por intermédio dos Centros Populares Democráticos – também responsáveis pela criação de cursos de alfabetização de adultos, postos médicos etc. – e participando, é lógico, das escolas de samba. Sua atuação tinha que corresponder às expectativas dos moradores das favelas, na defesa dessa população e em sua organização. Era importante a manutenção de sua influência nas favelas, fosse por meio de ações práticas ou de festividades. Muitas foram as reportagens, na forma de denúncias, ilustradas com fotos e desenhos, que descreveram as condições de vida dos moradores das favelas e dos subúrbios (figuras 6 e 7).

O fortalecimento da escola de samba como espaço de luta, em especial sob o controle do PC, foi compreendido pelos dirigentes comunistas. Humberto Telles, em reportagem sobre o Morro da Favela, destacou que os moradores, compreendendo a ne-



Figura 6: *Tribuna Popular*, 14 jan. 1947



Figura 7: *Momento Feminino*, 21 ago. 1947

cessidade de se defender contra ameaça de expulsão de seu local de moradia, começaram a se organizar de diversas formas: “Escolas de Samba como a Corações Unidos, Fique Firme vão surgindo em Favela. Elas têm duas finalidades: organizar os homens para a defesa do morro e para a luta em prol das suas reivindicações.”<sup>12</sup>

Um exemplo do papel da escola de samba e da atuação repressiva da prefeitura municipal pode ser encontrado na letra do samba “Ai, meu senhor”, do Carnaval de 1949, de autoria Manoel Pinto e Arão:

Eles subiram lá no morro / E destruíram meu barracão / A turma solidária protestou / Ai! Ai! Meu Senhor / Ai! Ai! Meu Senhor / Desce aqui na terra / E vem ver a vida do trabalhador / Até de vagabundo me chamaram / Uma lágrima em meu rosto rolou / A turma da Escola, comovida, / Chorou, chorou e implorou: / Ai! Ai! Meu Senhor / Ai! Ai! Meu Senhor.

O samba acima com os dizeres “A turma da Escola, comovida, chorou, chorou...”, deixa clara a participação ativa das escolas de sambas nas comunidades.

Essa letra da música também colocou muito bem a proposta administrativa para a questão das favelas, ou seja, a visão de que os favelados deveriam sair dos morros e terrenos que eram de interesse turístico ou financeiro/imobiliário. Pelo Artigo 349, do Decreto n. 6.000, de 7 de janeiro de 1937, que definiu o Código de Obras, ficou proibida a construção de favelas e qualquer melhoria nas já existentes.

Essa visão foi fortalecida pela atuação do Partido Comunista em determinadas favelas, pois era tão grande sua influência, que os governos municipal e federal atuaram em conjunto na repressão a essa penetração comunista, fosse prendendo moradores, demolindo barracos, perseguindo escolas de samba ou proibindo ações sociais e educativas

12. *Reina o desconforto nos mocambos da Favela*. *Tribuna Popular*, 17/07/47, p. 5.

não autorizadas. Para ajudar nesse combate tiveram o apoio da Igreja católica, que atuou junto às comunidades faveladas do Rio de Janeiro por intermédio da Fundação Leão XIII.

Já vimos a atuação do Partido Comunista nas escolas de samba e na Uges. Retomemos essa discussão com a entrada em cena do governo municipal da cidade do Rio de Janeiro e das ações anticomunistas.

A coluna *O povo se diverte* de 28 de dezembro de 1946 acusou a comissão municipal de tomar medidas facciosas. Havia sido resolvido que cada sociedade carnavalesca (que nada tinha a ver com as escolas de samba) receberia 80 mil cruzeiros, por desfile na “terça-feira gorda”. Para os ranchos o valor seria de 20 mil cruzeiros distribuídos aos quatro primeiros colocadas no Carnaval de 1946. Para todas as escolas de samba seria destinada a quantia de 90 mil cruzeiros. Uma sociedade carnavalesca, portanto, receberia quase o total destinado a todas as escolas de samba. A coluna do jornal ressaltava que “atitude mais grave ainda tomou ao estipular que somente terão direito as escolas filiadas a Federação do Samba, entidade policiaesca criada exclusivamente para receber o auxílio da prefeitura”.<sup>13</sup> Mas que Federação do Samba é essa que não existia antes? Quem criou? Quem dela participava? A aparente guerra declarada à Prefeitura Municipal teve uma trégua, pois, segundo Servan de Carvalho, diretor da Uges, essa Federação estaria enganando o prefeito. Em sua entrevista ao jornal *Tribuna Popular*, tratou de des-

13. *Tribuna Popular*, 28 dez. 1946, p. 5.

14. *Tribuna Popular*, 24 jan. 1947, p. 1.

15. *Samba, frevo e política*, A Manhã, 13 nov. 1947. In: *Recortes Lux (Habitação Popular- crônicas)*, Volume XIX, p.34.

qualificar os diretores da FES. Afirmou que o pessoal dessa entidade estaria usando o nome de pessoas que não existiam mais, que nunca existiram e de escolas que não faziam parte de seu quadro de sócios e que nunca participaram de suas reuniões.<sup>14</sup>

Em janeiro de 1947, Servan de Carvalho já busca conciliação com a prefeitura, declarando, em tom favorável, que ela havia resolvido criar uma comissão para incentivar o carnaval carioca por meio de apoio financeiro.

Cobrando uma sessão da Câmara, o jornal *A Manhã*, que apoiava a Federação do Samba, relatou terem os vereadores do PCB proposto concessão de verbas para a Uges. O famoso compositor e então vereador da UDN Ari Barroso pediu a palavra e disse que se deveriam dar os mesmos direitos à Federação das Escolas de Samba. Os vereadores comunistas, em réplica, disseram que a Ufes era estranha à classe, fundada por elementos policiais. Ari Barroso argumentou que a Ufes abrigava os principais blocos do município. Por fim, o projeto acabou sendo retirado da ordem do dia.<sup>15</sup> Ari Barroso teria chamado a União Geral das Escolas de Samba de União Geral das Escolas Soviéticas.

Assim, começaram na imprensa carioca o bate-boca e as acusações. Em entrevista ao jornal comunista *Tribuna Popular*, Servan de Carvalho negou que a Uges estaria tomando atitudes políticas. “Não apoiamos, portanto, esta ou aquela corrente política” (*Tribuna Popular*, 24/01/1947, p. 1), afirmou. Pelo visto anteriormente – apoio aos candidatos da Chapa Popular, do PCB; *Tribuna Popular* como jornal oficial do carnaval, entre outras notícias – a afirmativa parece não ser verdade.

O certo é que, com a criação da comissão da prefeitura para organizar o Carnaval de 1947, a Uges e o jornal *Tribuna Popular* começaram a perder espaço. Uma das soluções, como vimos, foi organizar mais um carnaval fora de época, não oficial, em 9 de fevereiro de 1947, no Campo de São Cristóvão.

Notícia veiculada pelo jornal *Gazeta Trabalhista* relatou a entrega dos prêmios às escolas de samba vencedoras do Carnaval oficial de 1949:

O Major Paredes, Pres. da União Geral das Escolas de Samba do Brasil, fez a entrega no dia 11 do corrente, na Praça Onze, dos prêmios em dinheiro, troféus e taças (...) Na gravura acima, feita na Praça Onze, por ocasião da entrega dos prêmios, vê-se o Major Paredes entregando ao Presidente da Escola de Samba Estação Primeira, de Mangueira, que conquistou o primeiro lugar do desfile, sagrando-se campeã, o troféu Eurico Gaspar Dutra.<sup>16</sup>

16. *Entrega de prêmios às escolas de samba. Gazeta Trabalhista, 23 set. 1949, p. 7.*

Servan de Carvalho e José Calazans se afastaram da direção da Uges que, ao que tudo indica, passou a denominar-se União Geral das Escolas de Samba do Brasil – UGESB ou seja, quem passou a comandar o carnaval carioca foi um major do Exército e o troféu tinha o nome do presidente da República. Esse major, em data posterior, talvez em reconhecimento aos serviços prestados, assumiu a chefia do Serviço Secreto do Exército e logo após foi promovido ao posto de tenente-coronel.<sup>17</sup>

17. *Tenente-coronel Inocêncio de Oliveira Parêdes. O Nosso Jornal, 26 mai. 1950, p. 4.*

A partir daí, com a repressão ao PCB e sua ilegalidade, seu espaço junto às escolas de samba reduziu-se a quase nada. O jornal *Imprensa Popular*, substituto do *Tribuna Popular*, fechado pelo governo, manteve a coluna *O povo se diverte*.

Mas não só do carnaval viveram os comunistas. Muitas festas foram organizadas, com o objetivo de ajudar as diversas campanhas empreendidas e de agregar seus militantes e simpatizantes. É o que abordaremos a seguir.

## FESTAS E ELEIÇÕES

Vimos que o PCB organizava festas e piqueniques, entre outras atividades lúdicas, em geral para arrecadação de fundos para suas atividades legais (jornais e campanhas eleitorais). Os locais tendiam a ser recorrentes, a Praia de Charitas em Niterói, a Casa do Estudante, no Centro do Rio ou a Granja das Garças, no bairro distante de Campo Grande. Vejamos alguns exemplos dessas campanhas.

As figuras 8, 9 e 10 retratam três chamadas para festividades comunistas. A primeira imagem para o “Grande Baile da *Tribuna Popular*”, realizado na Casa dos Estudantes, em 14 de setembro de 1946. A segunda imagem para o “Grandioso Baile *Tribuna Popular*”, realizado em 30 de novembro de 1946, nos mesmos salões da Casa do Estudante, em plena quarta-feira, das 22 às 3 horas. Tal como o primeiro, fazia parte da Campanha Pró-*Imprensa Popular*, visando obter a quantia de 10 milhões de cruzeiros para a compra de um parque gráfico. Por fim, a terceira chamada, de 28 de setembro de 1947, é para



Figuras 8, 9 e 10

festa na região marítima de Sepetiba. Se nas imagens anteriores vimos um casal dançando e instrumentos musicais, esta última mostra um desportista com bola – outro ambiente; a alegria e o sentido político, porém, eram iguais. A chamada nos aponta para uma festa mais íntima, mais interna, do pessoal que compunha o jornal *Tribuna Popular*.

Hélio Benévolo, que entrou em 1951 para o jornal *Imprensa Popular* (substituído da *Tribuna Popular* após seu fechamento pela repressão), escreveu sobre essas festas: “As festas do Partido marcaram-me sobre o modo (...) Dias imorredouros, durante os quais, além da distração, geralmente se fazia coletas de ajudas e recrutamento de militantes e amigos.”<sup>18</sup> Entretanto, em suas memórias, não relatou apenas a parte alegre, descreveu ações das forças repressivas, prendendo e ameaçando os participantes desses encontros.

Em 1º de agosto de 1954, uma grande chamada no jornal *Imprensa Popular* anunciava: “Tudo para todos na festa da Granja”. Estavam previstos futebol, vôlei, tênis de mesa, baile (fora contratada uma orquestra), barracas, *shows*, palestras, debate, etc. Seriam servidas comidas típicas de várias regiões do país (vatapá, caruru do Pará, frango assado, macarronada, peixe assado, feijoada etc.) e haveria distribuição de prêmios para as barracas e os propagandistas. Essa festa era em apoio aos candidatos que o PCB havia lançado sob outra legenda para as eleições desse ano. Abaixo da imagem do baile, composta por casais elegantemente vestidos, dançando, felizes, lê-se “Festa dos candidatos populares”. Na edição de 10 de agosto de 1954, o jornal *Imprensa Popular* trouxe repor-

18. Benévolo, Hélio. *Relembranças. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2003, p. 178-179.*



Figura 11

Figura 12: *Imprensa Popular*, 16 abr. 1955.



Aproximam-se do fim e com ela a grande festa que a Acaid já realizou em diferentes Granjas das Garças, em Campo Grande. Entre outras coisas, fazem parte da programação de festa um simpósio organizado localmente, da qual participam muitos das pessoas que estão presentes e um espetáculo aberto à todos, preparado por agricultores no campo.

tagem sobre a festa: “Mais de 5 mil pessoas na festa da Granja das Garças”. A maioria dos presentes, informava, era composta por trabalhadores de vários setores profissionais, superando todas as anteriores no local. Portanto, além de reunir grande número de presentes, foi realmente popular, de trabalhadores.

Essas festas ajudavam na campanha para o fundo financeiro dos candidatos do partido, que também contava com outras formas de arrecadação levadas a cabo pelos comitês eleitorais. A Figura 11 mostra que a reportagem fazia parte do Diário da campanha que desejava recolher 50 milhões de cruzeiros para beneficiar os candidatos “patriotas”, como sinalizam as faixas que os participantes (homens e mulheres) do movimento exibem – “Elejamos 8 patriotas”, “Votem nos candidatos populares”, “Derrotemos os entreguistas”, “50 milhões” – , ao mesmo tempo pedindo verbas, apoiando os candidatos do partido e conclamando à derrota dos candidatos entreguistas.

Em 1955 podemos encontrar nas páginas da imprensa comunista uma Associação Carioca dos Amigos da Imprensa Democrática – Acaid, que promovia festas a fim de arrecadar verbas para os periódicos do partido e ações de propaganda e venda dos exemplares. Um exemplo é a convocação (Figura 12) para churrasco na Granja das Garças, em Campo Grande.

A Associação Brasileira de Defesa dos Direitos Humanos – ABDDH, que promovia movimentos em defesa das liberdades democráticas no Brasil, libertação de presos no país e no exterior, promoveria animada festa na Praia de Charitas, em março de 1956. Estavam previstos torneio de futebol, banho de mar, angu à baiana e, à tarde, baile. Na pro-



Figura 13: *Imprensa Popular*, 1 mar. 1956



Figura 15: *Tribuna Popular*, 14 nov. 1946, p. 8

Figura 14: *Imprensa Popular*, 15 ago. 1956



paganda (Figura 13), uma imagem bem animada e feliz, vê-se o futebol, a festa, as bandeiras penduradas e o mar.

Em 1956 ressurgiu o Movimento de Apoio a Imprensa Popular, fazendo então a campanha dos “Vinte Milhões para os jornais do povo”. Foram chamados os “comandistas” para ajudar na arrecadação de verbas, vendendo assinaturas e exemplares avulsos. Promoveram-se festas, mas o momento era outro, e o entusiasmo já não era o de outros

19. “Abrir amplo debate sobre o conteúdo de nossos jornais”, *Voz Operária*, 22 set. 1956, p. 5.

tempos. “Existem muitos amigos nossos que não têm manifestado a propósito desta nova campanha de reaparelhamento da imprensa popular.”<sup>19</sup> Esses colaboradores não queriam apenas dar dinheiro, queiram também ter voz sobre o conteúdo dos jornais, ponto que não agradava ao Comitê Central, o que dificultava ainda mais a vitória da campanha. Um exemplo foi a crítica, até bem-humorada para os padrões comunistas, do militante que não tinha aderido à campanha (Figura 14).

O partido contava com um grande número de simpatizantes ou militantes artistas. Do meio do teatro e rádio, podemos citar Mário Lago e, da área da música, o comediante e cantor Jararaca. Para garantir diversão, *shows* e comícios do partido, entretanto, a Célula Mascha Berger se encarregava da matéria (Figura 15). Era ainda o tempo da legalidade, mas certamente, manteve-se tal organização.

Nas histórias em quadrinhos sobre Prestes e o PCB, por exemplo, que se encontram nas páginas dos periódicos comunistas, nos anos eleitorais de 1945 e 1946, período da legalidade, eles são sempre retratados na forma de comícios. Lá, falando no palanque, sendo aclamado pela multidão, está Luiz Carlos Prestes, candidato ao Senado Federal. (Figura 16). Tal como nos carnavais, os comícios eram “festas” políticas usadas na idolatria, no culto à personalidade de Prestes.

Se nesse período de legalidade os candidatos poderiam ser eleitos por sua própria legenda, quando da cassação do registro, como vimos, a opção foi lançar seus candidatos sob legenda “emprestada”. Os comícios eram chamados de “monstros”. A chamada aos comícios, em todo o período estudado, fosse por qual motivo fosse (campanha “O



Figura 16: *Voz Operária*, 29 mar. 1952

Petróleo é Nosso”, pela anistia, eleitoral, contra o alto custo da vida ou a Lei de Segurança etc.), era feita com apoio de ilustrações e tinha caráter festivo e político.

## NOTAS FINAIS

Mostrou-se, em linhas gerais, a percepção da festividade, em especial do carnaval, como importante espaço de aglutinação e de expressão de uma cultura popular, política e ideológica.

O PCB percebeu na favela, nas escolas de samba e, portanto, no carnaval espaço privilegiado para atingir significativa camada da população com suas ideias e propostas políticas. Estabeleceu-se assim um embate entre o PCB e o Estado na primazia do carnaval das escolas de samba. Se o PCB utilizou a União Geral das Escolas de Samba, o Estado marcou presença em outra agremiação. Nesse confronto perdeu, mais uma vez o PCB, que foi colocado na ilegalidade e perseguido em todas as instâncias (escolas de samba, sindicatos, organizações populares etc.).

Se, porém, o PCB perdeu terreno na esfera do carnaval, nunca deixou de lado as festividades como importante espaço de confraternização e organização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. 2. ed. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1993.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- MORAES, Dênis de. *O velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1992.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. Tomo III.
- SILVA, Marília T. B. da; SANTOS, Lígia. *Paulo da Portela. Traço de união entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Funarte, 1979.

---

**Alberto Gawryszewski** é doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, pós-doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. É professor-associado do Departamento de História e coordenador do Laboratório dos Estudos dos Domínios da Imagem da Universidade Estadual de Londrina.